

CNJ deve julgar pedido da URV no dia 24

Categoria aguarda decisão do Conselho e após o Congresso mobilizações serão retomadas - Páginas 4 e 5



Representantes da categoria conversaram com Técio Lins e Silva

TRABALHO ALÉM DO HORÁRIO PARA MANTER A JUSTIÇA "EM ORDEM"

Página 8

TRANSPARÊNCIA Sindijus-PR presta contas do exercício de 2007

Página 7

Sindijus-PR realiza 8º Conseju

Os trabalhadores da justiça paranaense têm encontro marcado nos dias 20, 21 e 22 de junho no 8º Congresso dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (Conseju), que acontece em Ponta Grossa, no Seminário do Verbo Divino.

O Sindijus-PR espera por uma grande participação da categoria nas discussões. "É uma ótima oportunidade para os servidores discutirem a justiça e o trabalho dentro do Poder Judiciário", destaca o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira.

Neste ano o mote é Modernização X Humanização: Que justiça queremos Construir? Já estão confirmados os deputados federal Dr. Rosinha e estadual Tadeu Veneri, que analisarão a conjuntura política atual. Outros convidados debaterão o Poder Judiciário. Que caminhos tomar para se ter uma justiça moderna mas humana.

Acompanhe ao lado a programação do Congresso. Nesta edição, o caderno de teses e propostas de alterações estatutárias.

Dia 20 de junho

20h - Abertura
20h30 - Análise de conjuntura Nacional - deputado federal Dr Rosinha
Estadual - deputado estadual Tadeu Veneri
21h:30 - Debate

Dia 21 de junho

8h30 - Centrais sindicais - Isolamento
9h15 - Humanização X Modernização
10h - Grupos - Discussão da Tese
12h30 - Almoço
14h - Grupos - Plano de Luta e Reforma estatutária
19h - Confraternização

Dia 22 de junho

8h30 - Plenária
10h30 - Assembleia Geral
12h30 - Almoço e encerramento

EDITORIAL

Humanização x Modernização. cartas

Que justiça queremos construir



O Sindijus-PR vai realizar o Conseju – Congresso dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná. É o 8º nesses 20 anos. O tema central está focado no debate sobre a “Humanização X Modernização”.

Falar em modernizar soa bonito, afinal quem não quer algo moderno? Os trabalhadores do Judiciário já sabem o que isso significa. Afinal, a pretexto de modernizar já terceirizaram vários serviços no TJ, como segurança, limpeza, copa. Já transformaram cargos de assessores jurídicos de carreira em comissionados e recentemente criaram cargos para assessor de juiz, comissionados também.

Na ótica do Poder, moder-

nizar é implantar sistemas, interligar redes, construir prédios. O ser humano, quase sempre, é esquecido. Os trabalhadores sabem que ter acesso aos avanços da tecnologia é um direito, embora nem todos lembrem que por trás de uma máquina tem um ser humano a comandá-lo.

No Poder Judiciário, o juiz, o desembargador, os diretores necessitam mais do que um gabinete, uma mesa e um computador. Para a máquina judiciária funcionar existe um sistema composto pelo quadro de funcionários, pelos equipamentos, prédios, veículos e muito mais.

O Sindijus-PR tem denunciado em seus informativos os problemas que os trabalhadores en-

frentam. São casos de excesso de trabalho, em função da falta de funcionários. O resultado é o surgimento de vários problemas de saúde. LER, depressão, alcoolismo, síndrome do pânico e muitos outros.

Os servidores querem ter acesso à modernidade e para isso pedem máquinas (computadores novos), programas atualizados, treinamento, redes interligadas. Mas querem atenção, respeito ao ser humano. Querem salários dignos, um plano de carreira, respeito de seus superiores. O Sindicato já denunciou inúmeros casos de assédio moral aos trabalhadores. Mas a categoria vai continuar atenta. Vai continuar denunciando. Ela quer acesso à modernidade, quer espaços de trabalho dignos e exige tratamento humano.

Os servidores vão parar nesses três dias de Congresso. Vão parar para discutir, para refletir e apontar caminhos. Mais lutas virão para reforçar as reivindicações. Lutar é a alternativa que os trabalhadores encontram para denunciar o tratamento desigual, injusto. Aí está a URV para provar a injustiça. A magistratura recebeu os 11,98%. Os servidores ainda não. Vai continuar assim? Os trabalhadores não vão permitir.

ENTREVISTA

Li no jornal do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (maio/08), um artigo da Professora Josete sobre a Lei do Assédio Moral no Trabalho Público. Gostaria de parabenizá-la pela clareza de concepção, o conteúdo do artigo e pela seriedade que trata a questão, gritante desafio no trabalho público e privado, que ameaça jovens e adultos.

C.N.

MUDANÇA

Espero que no congresso nós possamos encontrar soluções para os nossos problemas. São muitas as dificuldades que temos que enfrentar e o tribunal tem feito pouco para resolver esta situação. Muitos amigos estão doentes e não podem tirar licença para tratar da saúde se não pára o cartório. É triste ver a situação em que se encontraram. Não podemos mais aceitar isso. Enquanto os magistrados saem de férias a cada feriado, os servidores têm que ficar no cartório trabalhando para sofrerem com um processo administrativo. Nunca imaginei, nesses 20

M.S.

As idéias expostas pelas cartas não refletem a opinião do jornal.

expediente

consciência & Luta
GESTÃO COMPROMISSO COM A CATEGORIA E LUTA

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDIJUS/ PR
SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Sede: Rua David Geronasso, 227
CEP 82540-150 Curitiba • PR
Fone/Fax: (41) 3075-5555
conscienciaeluta@sindijuspr.com.br
www.sindijuspr.com.br

Sistema Diretivo
Conselho Executivo: José Roberto Pereira (coor-
denador-geral), Mário Cândido de Oliveira (secretário-
geral), Dirceu Aguiar de Andrade, David Machado, Edson
Fernando da Silva, Vilma A. Demori, Luiz Gonzaga S. do
Rego, Rosana Brunow Ventura, Sidney Prado Lima, Marisa
Aparecida Soares
Conselho Deliberativo: Amauri da Silva Fernandes,
Antonio Carlos Datto, Cláudio Roberto da Silva, Clóvis

Menger, Dario Aparecido da Silva, Diógenes Nunes de
Souza, Edson Prado Lima, Eduardo Arcie Filho, Geraldo
Augusto Staulb Filho, Itacir Antunes dos Santos, João
Guedes da Silva, José Douglas Martins, José Paulino
Lourenço, Luiz Carlos Lopes, Marco Antonio
Cremoniz, Maria Dulcinéia Del Rios, Maria Madalena
de Oliveira, Nelí Maria Felix, Renato Ribeiro Rosa,
Valmir B. Ferreira, Zeli Martins Fontoura.

Conselho Editorial: David Machado, José Roberto Pereira,
Mário Cândido de Oliveira e Sidney Prado Lima.
Jornalista Responsável:
Gustavo Henrique Vidal - MTb 5928/PR
Diagramação: Gustavo Henrique Vidal
Ilustrações: Simon Taylor
Projeto Gráfico: Jump! Comunicação
Impressão: Jornal do Estado

SERVIDORES de 20 comarcas estiveram em Curitiba no dia 11

Sindijus-PR e lideranças debatem Pauta de Reivindicações com administração do TJ



Fotos: Gustavo Henrique Vidal

Presidente e secretária do TJ ouvem as reivindicações dos servidores

Representantes de 20 comarcas do Paraná estiveram, no dia 11, em Curitiba para acompanhar a reunião entre o Sindijus-PR e administração do Tribunal de Justiça. No encontro foram discutidos itens da Pauta de Reivindicações da categoria. Além do presidente Vidal Coelho, participaram da reunião a secretária Anete Roesner, a sub-secretária Denise Santos e o juiz auxiliar da Presidência, Fábio Muniz. 15 representantes do Sindicato, entre diretores e servidores, participaram da reunião.

A seguir os assuntos tratados na reunião.

URV

O presidente aguarda o pronunciamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e afirmou que vai acatar a decisão do Conselho.

PLANO DE CARREIRA

O desembargador Rogério Kanayama continua fazendo os estudos para a implantação, mas que vai continuar sendo

feito por partes, ou seja, por setores. Os servidores argumentaram que querem que a proposta, que passou pelo Órgão Especial em novembro de 2006, volte a pauta da Comissão do Plano de Carreira.

SAI

Vidal Coelho disse que tem que esperar a aprovação do anteprojeto que está na Assembléia Legislativa. Disse que a mensagem é a que foi aprovada pelo Órgão Especial.

LEI 14.506/04

Prevê avaliação do foro judicial. O presidente garantiu que vai editar o decreto que eleva os níveis do foro judicial até o dia 30 de junho.

PENSIONISTAS

O cálculo está pronto. Já foi encaminhado à Parana Previdência com cópia ao Sindijus-PR. O Sindicato vai continuar acompanhando o caso junto à assessoria do presidente e à Parana Previdência.

CIPA

Quanto a criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, o presidente pediu que o Sindijus-PR fique em contato com o Departamento Administrativo para acompanhar o trabalho.

AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

O presidente afirmou que está a cargo do juiz auxiliar da Presidência, Fábio Muniz, elaborar projeto de lei que regulamenta a gratificação para os auxiliares administrativos, estabelecendo o critério do local de risco, que pode também atender a pretensão de outros servidores em igual situação.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

As horas extras, há muito tempo reivindicadas pela categoria, está regulamentada no novo projeto do Estatuto do Servidor do Judiciário, que está concluído, segundo afirmou o presidente, e será encaminhada a proposta ao Órgão Especial. O Sindijus buscará mais informações e uma cópia do projeto de Estatuto para discutir com a categoria.

NOMEAÇÕES

Serão chamados todos os 975 candidatos aprovados no chamado Concurso, de 2005.

OFICIAIS DE JUSTIÇA

Com relação ao curso superior para os oficiais de justiça, o TJ fez consulta ao Conselho Nacional de Justiça para exigência de curso superior para a categoria, e continuam aguardando resposta para publicação de Edital para abertura de concurso. Aqueles que foram aprovados no concurso e para os juizados especiais serão nomeados.

ELEVAÇÃO DE ENTRÂNCIA

Ainda não tem uma definição, estão sendo feitos estudos para tentar resolver a situação dos servidores.

NOVA REUNIÃO

Ficou agendada nova reunião com a Presidência para o dia 30 de junho para dar encaminhamento a alguns assuntos que ficaram pendentes e analisar o andamento dos pedidos.



Avaliação da reunião foi feita na sede do Sindicato

CATEGORIA quer o pagamento imediato do índice de 11,98% da URV

Servidores continuam a luta e mobilizações devem ser retomadas após o 8º Conseju

A expectativa agora é que no dia 24 o conselheiro Técio Lins e Silva leve o pedido do Sindijus-PR e da Assojepar para o plenário. Presidente do TJ diz que vai cumprir a decisão do Conselho

As mobilizações dos servidores pela URV tiveram continuidade. As comarcas de Francisco Beltrão, Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, aumentaram o movimento da categoria pela conquista do índice de 11,98%.

A expectativa agora é quanto ao julgamento do pedido do Sindijus-PR e da Assojepar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “A idéia é manter as mobilizações até a decisão do CNJ. É possível que no dia 24 a proposta seja analisada em

plenário”, diz o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira.

Os servidores, até agora, vêm parando uma hora em frente aos fóruns. Vestidos com a camiseta da campanha pela URV: “Direito Reconhecido, Compromisso Não

Cumprido”, que faz alusão ao despacho do presidente, que assinou reconhecendo a URV, e vem se negando a pagar, os servidores exibem adesivos, cartazes e faixas para alertar as autoridades e a população para as reivindicações dos trabalhadores.



CASCAVEL



PONTA GROSSA



FRANCISCO BELTRÃO



FOZ DO IGUAÇU

SINDIJUS-PR esteve em Brasília

Pedido da URV poder ter decisão do CNJ no dia 24

A expectativa da categoria é grande quanto a resposta do Conselho



Arquivo Sindijus-PR

Conselheiro Técio Lins e Silva disse que é possível levar o pedido dos servidores à plenário no dia 24

Representantes do Sindijus-PR estiveram no dia 4, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O secretário-geral do Sindicato, Mário Cândido de Oliveira, acompanhado do advogado Ludimar Rafanhim, conversaram com o conselheiro Técio Lins e Silva, que está com o pedido do Sindijus-PR e da Assojepar.

Mário Cândido afirmou que a reunião foi proveitosa, já que discutiram com Técio Lins a situação da URV dos servidores, salientando que o conselheiro foi muito atencioso com a questão.

O pedido de providências foi protocolado no dia 2 de abril pelo Sindijus-PR e Assojepar. Segundo o relator da matéria, é possível que o pedido seja julgado

no dia 24 junho.

No processo já existe farta documentação provando que os juízes do Paraná já receberam a URV e que a atual administração do TJ, em despacho do dia 13 de dezembro de 2007, reconheceu que os servidores também têm direito à complementação salarial.

“Os argumentos levados nesta reunião ao CNJ são para reforçar o que já existe anexado ao pedido”, continuou Mário Cândido. O Tribunal informou ao CNJ que pagou a URV à magistratura e reconhece que assinou parecer elaborado por dois juízes auxiliares da Presidência o qual foi aceito pelo chefe do poder em dezembro passado. No

parecer, de 9 laudas, há provas suficientes de que os servidores têm direito a receber a URV. “Agora Técio Lins e Silva já tem condições de levar para análise dos demais conselheiros o nosso pedido da URV”, completa o secretário-geral do Sindijus-PR.

ASSEJUR

A Associação dos Assessores Jurídicos do TJ protocolou pedido, no dia 10, para fazer parte do processo como assistente. Segundo Mário Cândido, é positivo que os assessores estejam juntos nesta luta. No início desta caminhada se deu com o Sindijus-PR, Assojepar e Assejur. “Essa união fortalece os argumentos em favor da URV para os servidores”, disse.

aconteceu



4ª E 5ª VARAS CIVEIS EM CASCAVEL



Assessoria AL

O diretor do Sindijus-PR, Itacir Antunes dos Santos, e representantes da OAB de Cascavel estiveram reunidos com o deputados estaduais, Edgar Bueno, e Nelson Justos, presidente da Assembléia Legislativa, para pedir apoio da casa para a instalação das 4ª e 5ª varas cíveis na Comarca. Na seqüência, o grupo se reuniu com o primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Lopes de Noronha. Segundo Itacir, as varas foram criadas em 2003, mas até hoje não houve estruturação para o funcionamento. A implantação das duas varas pode amenizar o problema do acúmulo de processos, muitos deles esperando há vinte anos por uma sentença. Com a população de cerca de 300 mil habitantes, Cascavel possui apenas três Varas Cíveis, que acumulam 28 mil processos, tornando a Justiça cada vez mais morosa.

PARALISAÇÃO ESTADUAL DOS EDUCADORES

Mais de cinco mil professores e funcionários de escolas participaram, no dia 4, em Curitiba, da caminhada em defesa das reivindicações da categoria. Enquanto passavam, os educadores eram saudados pela população, que do alto dos prédios jogava papel picado. Durante todo o trajeto, os dirigentes sindicais da APP-Sindicato informavam a população sobre as reivindicações da categoria e sobre a importância do apoio da comunidade aos professores e funcionários paranaenses. Em todo o Estado houve manifestações expressivas, com a paralisação das atividades por professores e funcionários de escolas. A passeata, em Curitiba, foi encerrada em frente ao Palácio do Governo. Durante o dia, cerca de 90% das escolas da rede estadual de ensino paralisaram as atividades em protesto à morosidade, do Estado, no processo de negociação.

A pauta dos professores e funcionários das escolas públicas é composta pelos seguintes itens: equiparação salarial com os demais servidores públicos; plano de carreira para os funcionários de escola; implantação do cargo de 40 horas para os professores; implantação da lei nacional 11.301/2006, que institui o direito a aposentadoria especial para pedagogos e diretores de escolas; redução do número de alunos por turma e a melhoria do atendimento à saúde dos educadores.

jogo rápido

■ PROBLEMAS COM E-MAIL E SITE DO SINDIJUS-PR

No início do mês de junho, o Sindijus-PR enfrentou um problema com a empresa que administra a hospedagem dos e-mails e site do Sindicato. O site não foi atualizado e por uns dias ficou fora do ar. Quanto aos e-mails, nenhuma conta podia enviar ou receber qualquer mensagem. O Sindijus-PR pede desculpas pelo transtorno e trabalha para que isso não aconteça mais.

■ POPULAÇÃO DESCONHECE O JUDICIÁRIO

Uma pesquisa feita recentemente pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) mostrou que a maioria da sociedade brasileira desconhece o funcionamento do Poder Judiciário. Dos 1500 entrevistados, apenas 8% disseram conhecer bem os mecanismos da justiça, enquanto 18% desconhecem completamente sua forma de atuação. Na mesma pesquisa uma nota de 6,1, entre 0 e 10, foi dada ao Judiciário.

Segundo a AMB, a intenção da entidade é refazer as pesquisas de três em três meses para que a instituição possa fazer auto-avaliações. O presidente da Associação, Mozart Valadares Pires, disse que a partir dos resultados, o grande desafio é “levar ao conhecimento da opinião pública o que é o Poder Judiciário e qual é a sua missão constitucional.” O que percebe-se é que muito desse desconhecimento e até mesmo desconfiança por parte da população é devido ao excesso de morosidade nos processos, em muitos casos ineficientes e muito caros. A maioria da população não procura a Justiça por falta de recursos financeiros e principalmente por descrença.

■ CINCO MILHÕES DE CRIANÇAS TRABALHAM NO BRASIL

Uma pesquisa divulgada pela Organização Internacional do Trabalho revelou que mais de cinco milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos trabalham no Brasil. Os dados foram divulgados no Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil, 12 de junho.

Cinco por cento dessas crianças já sofreram algum acidente de trabalho. Entre os adultos, a taxa é de 3,2. As ocupações dos pequenos trabalhadores são as mais diversas, desde coleta de lixo até fabricação de fogos de artifício. Apesar de o Brasil ser um dos países pioneiros no combate ao trabalho infantil, os números da pesquisa mostram que ainda há muito o que ser feito.

Segundo a Organização do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, a questão dos valores culturais também influencia para a dificuldade em eliminar-se com a incidência de crianças trabalhando. Muitos pais adquiriram a prática do trabalho precocemente e não vêem problemas em ter seus filhos trabalhando para ajudar no sustento da família.

DOCUMENTOS já estão na Paranaprevidência

Sindijus-PR vai agilizar precatório de pensionistas

O Sindicato tem pressa para homologar ainda este ano

Com o cálculo do precatório dos pensionistas finalizado, o Sindijus-PR trabalha agora para agilizar a homologação. A direção do Sindicato já recebeu cópia do protocolo da Presidência do Tribunal de Justiça, no qual encaminha à Paranaprevidência os cálculos do precatório.

O Sindijus-PR já está conversando com profissionais da Paranaprevidência para dar andamento ao processo. Em junho, a empresa que é a gestora das pensões deverá concluir a análise para homologar o precatório. Uma reunião será agendada para discutir que procedimentos serão tomados com os cálculos.

Segundo o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira, o Sindicato já acionou o advogado para dar continuidade à

ação nos próximos dias, e iniciar a execução na 3ª Vara da Fazenda Pública. “A homologação deste precatório continua na pauta de prioridades do Sindicato”, ressaltou José Roberto. Para ele, o fim

“A homologação deste precatório continua na pauta de prioridades do Sindicato”

dessa situação encerra com a angústia de muitos pensionistas, que ficaram anos aguardando o precatório. “É uma grande vitória. Foram mais de 6 anos esperando por esses cálculos e finalmente conseguimos dar prosseguimen-

to para a expedição”, completa.

O coordenador aproveita para agradecer ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça pelo esforço para concluir os cálculos, trabalhando finais de semana e feriados. “Temos que salientar que o atraso se deu pela dificuldade em obter as informações na Paranaprevidência e no Estado. No TJ, o trabalho dos servidores não poderia ter sido melhor para conseguirmos esta conquista”, destaca o coordenador.

É importante as pensionistas estarem filiadas ao Sindijus-PR. A Entidade tem um departamento jurídico que acompanha a ação e que não representa custo às pensionistas. Caso contrário, quando da homologação, será necessário contratar um advogado.

Curitiba recebe o VIII Tijup em dezembro

O Sindijus-PR organiza neste ano o VIII Torneio Interjudiciário do Paraná (Tijup), que acontece entre os dias 5 e 8 de dezembro, em Curitiba. A Comissão Organizadora esteve reunida este mês para definir detalhes dos jogos. Ainda não ficou acertada a data para o início das inscrições. Mas até o dia 30 de agosto, as comarcas interessadas em participar deverão enviar uma pré-inscrição. “Assim a organização trabalhará com possíveis espaços para alojamento e locais para disputa das partidas”, expli-

ca Mário Cândido de Oliveira, secretário-geral do Sindijus-PR. Ele diz ainda que a data de inscrição será divulgada em breve, “para que as equipes tenham tempo para se organizar”.

O Tijup de 2008 terá 15 modalidades: Atletismo, Truco, Tranca, Basquetebol, Voleibol, Vôlei de Areia, Futebol Suíço, Futebol de Salão, Natação, Tênis, Tênis de Mesa, Sinuca, Pebolim, Bocha e Xadrez. Alguns esportes serão mistos, com equipes formadas com mulheres e homens. Todos os detalhes estarão no regulamento da competição, que

também será definido em breve. Cada comarca poderá inscrever uma equipe nas modalidades coletivas, uma dupla nas modalidades de dupla e um atleta por modalidade individual.

“A experiência dos jogos anteriores mostrou que é uma oportunidade única de melhor nos conhecermos, dentro do ambiente saudável de uma competição esportiva”, destaca Mário Cândido. Para ele os jogos promovem, de forma uniforme, o fortalecimento do Judiciário, como instituição, “usando os jogos como elementos de agregação”.

Convênios

Dentista - Alber Formagio – 35% de desconto - 41 3282-5991
Despachante - Marcos Antonio de Camargo – 30% de desconto - 41 3253-1862
Odontologia - Ondonto Empresa convênio permanente direto com o Sindijus-PR

SERVIDORES de todas as regiões do Paraná estiveram em Guarapuava

Oficiais de Justiça discutem dificuldades

Encontro Estadual da categoria apontou soluções para os problemas enfrentados no dia-a-dia

Discutir e encaminhar propostas visando melhorar as condições de trabalho e salários dos oficiais de justiça. O I Encontro Estadual dos Oficiais de Justiça do Estado do Paraná reuniu cerca de 70 pessoas em Guarapuava, nos dias 6 e 7 de junho, para debater propostas para solucionar diversas dificuldades da categoria.

O encontro foi definido como fundamental para garantir direitos e buscar a resolução das divergências enfrentadas no Poder Judiciário. A presença das duas associações que representam os oficiais no Estado, Assojepar e Assojinpar (Londrina), mostrou a força e a união que os servidores precisam para lutar por um trabalho digno. “Encontros como este devem ser feitos com mais frequência para nortear a luta dos oficiais de justiça e unificar a categoria”, destaca o oficial de Guarapuava, Pires.

Separados em grupos, os servidores mapearam os problemas enfrentados nas comarcas e locais de trabalho e discutiram propostas para melhorar o trabalho. “Todos os grupos de discussão estabeleceram a dificuldades e procuraram, exaustivamente,

uma solução condizente com cada dificuldade”, conta o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira.

Das propostas constam problemas desde a falta de material de escritório e a redução das gratificações nos Juizados Especiais, até os mais complexos, como o porte de arma. “É preciso saber tudo o que é enfrentado pelos oficiais. Só assim poderão ser tomadas atitudes em conjunto para buscar as soluções”, diz o presidente da Assojepar, Antonio Marcos Pacheco.

Os oficiais de justiça aprovaram também um levantamento dos problemas em todas as comarcas. Entre outras propostas estão a implantação do Plano de Carreira; a participação dos oficiais na construção da Central de Mandados; a uniformização da ordem nos mandados; projeto de isenção dos impostos sobre os veículos; fim das entrâncias; isonomia entre oficiais de justiça e auxílio de locomoção digno e ainda, um requerimento ao Tribunal de Justiça para a não obrigação de cumprir mandados dos Juizados Especiais em caso de não recebimento do adicional.



Mário Cândido

Oficiais de justiça debatem soluções para as dificuldades

Contas de 2007 serão apresentadas no Conseju

O Sindijus-PR apresenta na Assembleia Geral no dia 22 de junho as contas da Entidade em 2007. A assembleia acontece no encerramento do 8º Conseju, que começa no dia 20, no Seminário do Verbo Divino, em Ponta Grossa.

A apreciação nesta assembleia foi uma deliberação da categoria no dia 21 de maio, quando foi aprovado o movimento financeiro do Sindijus-PR do exercício de 2006.

RECEITAS em R\$	31.12.2006	31.12.2007
Operacional		
Mensalidades Sindicalizados	1.053.781,86	1.026.899,87
Recursos com Locações	32.266,66	13.241,00
Recursos com Comissões	80.940,29	98.403,76
Outros Recursos	16.603,91	914.842,59
Total Receitas Operacionais	1.183.592,72	2.053.387,22
Financeiras		
Descontos Obtidos	90,02	129,87
Juros Recebidos	255,04	43,90
Receitas Tit. Merc. Aberto	72,52	14.445,43
Variação Monetária Passiva	0,00	0,00
Total Recursos Financeiros	417,58	14.619,20
TOTAL DAS RECEITAS	1.184.010,30	2.068.006,42

DESPESAS em R\$	31.12.2006	31.12.2007
Operacional		
Encargos com Pessoal Sede Urbana	306.269,24	321.652,43
Encargos com Pessoal Sede Camp.	56.049,00	72.559,95
Utilidades e Serviços	305.588,90	340.708,05
Honorários	87.362,65	101.133,12
Encargos Gerais	187.775,35	179.376,27
Convênios/Contribuições/Impostos	11.627,60	9.259,03
Ocupações	34.241,01	37.969,00
Encargos com Veículos	16.074,37	17.280,29
Encargos com Viagens	46.390,94	97.532,85
Outros Encargos Gerais	38.255,84	38.279,84
Eventos	97.063,26	201.675,98
Total Despesas Operacionais	1.186.698,16	1.417.426,81
Financeiras		
Juros Pagos ou Incorridos	5.400,43	7.867,45
Comissões e Encargos Bancários	58.155,94	42.340,54
Correção Monetária de Obrigações	1.289,57	3.301,27
Descontos Concedidos	56,00	0,70
CPMF Bancos	10.992,11	16.557,31
Total Despesas Financeiras	75.894,05	70.067,27
TOTAL DAS DESPESAS	1.262.592,21	1.487.494,08

EM TODAS as Comarcas do Paraná faltam servidores

Trabalho além do horário para manter a justiça “em ordem”

Em muitas comarcas do Paraná os servidores enfrentam um dilema. Como a falta de funcionários é generalizada, são obrigados a trabalhar além do horário para manter em dia o andamento das ações. O mesmo problema é enfrentado em Cianorte. Para evitarem processos administrativos e o serviço ser mantido “na normalidade”, os servidores trabalham todos os dias até as 23 horas. “Isso tudo sem qualquer benefício ou ajuda do Tribunal de Justiça”, conta o coordenador geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira.

Amontoados entre os 12 mil processos da Vara Cível, somados aos seis mil da Vara Criminal e os dois mil nos Juizados Especiais, escrivães, auxiliares de cartório, oficiais de justiça, agentes de limpeza e, mais recentemente, auxiliares administrativos, lutam para dar todo respaldo da justiça à população. Funcionários da Prefeitura, estagiários, inclusive alguns pagos pelos escrivães, colaboram com os servidores para manter a ordem na comarca.

O problema parece não ter solução, pois recentemente foram nomeados quatro auxiliares administrativos para comarca. Dois já pediram exoneração, seja por melhores salários, ou mesmo pelo trabalho desumano que encontraram no Poder Judiciário. Os dois auxiliares que permanecem, enfrentam outra dificuldade. O salário pago fica todo comprometido com aluguel, alimentação e transporte. “Esta é a realidade. Em várias Comarcas foram nomeados auxiliares administrativos, no entanto, grande parte já não está no quadro. O Sindijus-PR vem lutando pela gratificação do risco de vida que poderá melhorar, um pouco, a situação desses novos servidores. Os trabalhadores do judiciário estão desestimulados, o excesso de serviço, falta de estrutura e de expectativa, agravam a situação levando a um descontentamento geral”, diz José Roberto.



de olho nas datas 

20 de junho

O Sindijus-PR realiza o 8º Conseju “Humanização X Modernização: Que Justiça Queremos Construir? O evento será realizado em Ponta Grossa, no Seminário do Verbo Divino, e vai reunir servidores de todo o Estado.

28 de junho

Acontece a 4ª rodada da VI Taça Sindijus-PR de Futsal. Às 9 horas se enfrentam 1ª Vara da Fazenda e 3ª Vara da Fazenda. 10 horas, 2ª Vara da Família contra Xerocão. 11 horas, Processados e Unidos do Fórum Cível. 12 horas, 10ª Sicredi e Bojugas. 13 horas, Monstros contra URV JÁ 11,98. E às 14 horas 2ª Vara da Fazenda enfrenta Cartório Cível Pinhais. As partidas são disputadas no ginásio poliesportivo da sede campestre do Sindicato.

4 de setembro

Acontece o 2º Encontro da Profissionais do SAI. Todas estão sendo convocadas para o evento. O local ainda será definido pela direção do Sindijus-PR.

5 de dezembro

O Sindijus-PR realiza o VIII Torneio Inter-judiciário do Paraná. Os servidores e trabalhadores da justiça paranaense poderão se inscrever em 15 modalidades. Os jogos serão disputados em Curitiba até o dia 8.

PROJETO DE REAJUSTE DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O projeto de lei que trata do reajuste dos salários de aposentados e pensionistas, que está na Assembléia Legislativa, deve ser apreciado nos próximos dias pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa de Leis. Diretores do Sindijus-PR estão em contato com parlamentares sobre o assunto. A mensagem, que recebeu o número 238/08 foi entregue, pessoalmente pelo presidente em exercício do TJ, desembargador Antônio Lopes de Noronha, ao presidente em exercício do Legislativo, deputado Antônio Anibelli.

A medida, que terá efeito financeiro a partir de 31 de março de 2004, vai beneficiar aposentados e

pensionistas que foram excluídos dos reajustes após a Emenda Constitucional 41, de 2003. O projeto prevê correção dos benefícios nos mesmos índices que serviram para o reajuste dos servidores ativos do Poder Judiciário, no período de abril de 2004 a abril de 2008.

Segundo David Machado, diretor do Sindijus-PR, com essa medida o Tribunal de Justiça atende um dos itens da Pauta de Reivindicações.

O Sindijus-PR vai continuar fazendo contatos na Assembleia para agilizar o andamento do projeto de lei. Para maiores informações, ligue no Sindijus-PR pelo fone (41) 3075-5555.